



() SIM () NÃO

2.3. Circunstâncias suspensivas/impeditivas (relatar):

2.4. Outros aspectos relevantes para a avaliação do(a) profissional (relatar):

ANEXO II DA RESOLUÇÃO DO ÓRGÃO ESPECIAL Nº 14/2022**TABELA I****HONORÁRIOS DE PERITOS**

(Valores atualizados pela Portaria da Presidência do TJCE nº 1794, de 29 de outubro de 2021)

Especialidade	Valor Máximo (R\$)
Psiquiátrica (ações de interdição) – local*	300,00
Psiquiátrica (ações de interdição) – com deslocamento*	400,00
Estudo social	400,00
Demais perícias	400,00

(*) Entende-se como "local" a perícia realizada em local próprio do fórum ou no consultório/ambiente de trabalho do(a) profissional nomeado(a); "com deslocamento", se o(a) perito(a) tiver que ir ao domicílio ou outro local em que esteja o(a) examinando(a).

TABELA II**HONORÁRIOS DE INTÉRPRETES E/OU TRADUTORES(AS)**

(Valores atualizados pela Portaria da Presidência do TJCE nº 598, de 23 de abril de 2019)

Atividade	Valor (R\$)
Tradução/versão de textos: valor até as 3 (três) primeiras laudas*	50,45
Tradução/versão por lauda excedente às 3 (três) primeiras	13,45
Interpretação em audiências/sessões com até 3 (três) horas de duração	84,07
Interpretação em audiências/sessões por hora excedente às 3 (três) primeiras	33,73

(*) Nota: na tradução/versão, cada lauda terá a configuração mínima de 35 (trinta e cinco) linhas e cada linha terá, pelo menos, 70 (setenta) toques.

ANEXO III DA RESOLUÇÃO DO ÓRGÃO ESPECIAL Nº 14/2022**MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR****DECLARAÇÃO**

....., inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu(sua) representante legal, o(a) Sr(a)., portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº
, DECLARA, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho e não explora o trabalho infantil-juvenil, em atenção ao que prescreve: i) o inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; ii) o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (CLT); iii) os arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069, de 19 de julho de 1990 (ECA); iv) a Lei nº 8.069, de 19 de julho de 1990; e v) o Decreto nº 6.841, de 12 de junho de 2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz ().

(Observação: em caso afirmativo, assinalar com "X" a ressalva acima).

(DATA)

(NOME)

Ao(À) Sr(a).

Presidente da Comissão Permanente de Contratação do TJCE**ANEXO IV DA RESOLUÇÃO DO ÓRGÃO ESPECIAL Nº 14/2022****DECLARAÇÃO**

() * Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para o(a) reabilitado(a) da Previdência Social, conforme previsto no art. 63, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, (somente para pessoa jurídica).

*Em caso afirmativo, assinalar com "X"

(OBSERVAÇÃO: ESSE CAMPO DE DECLARAÇÃO FICARÁ DISPONIBILIZADO NO SISTEMA SIPER)